

## O estrangeiro ideal:

### Políticas e práticas de hospitalidade na cidade de São Paulo (1940 a 1951)<sup>1</sup>

Sênia Regina Bastos

*Universidade Anhembi Morumbi*

## Introdução

Tratada como o bem receber, o acolhimento que se oferta ao hóspede, quer imigrante ou turista, reconhece-se a hospitalidade como uma construção humana da relação com o Outro, uma maneira de viver em grupo, regida por regras, ritos e leis, concebida não somente como uma forma essencial de interação social, mas também como uma das formas mais essenciais de socialização (MONTANDON, 2003; 2011).

Valorizada no texto literário de Homero, a oferta de abrigo e de alimento permanece na relação que se estabelece entre hóspede e anfitrião. “Mas a hospitalidade não se reduz ao simples oferecimento de um repasto e de um abrigo livremente consentidos: a relação interpessoal instaurada implica uma relação, um vínculo social, valores de solidariedade e de sociabilidade (MONTANDON, 2011, p. 32)”. Tais valores revestem-se ainda do dever cristão de bem acolher o pobre e o peregrino, ou seja, da caridade valorizada no texto bíblico.

Assumido inicialmente por instituições religiosas, o aspecto incondicional da hospitalidade foi incorporado por instituições filantrópicas, setores associativo e humanitário (GOTMAN, 1997), ao passo que o setor econômico explorou e profissionalizou os meios de hospedagem.

Falar em hospitalidade, portanto, implica em estabelecer o tempo, o espaço e os sujeitos dessa interação, visto que se trata de uma relação humana, em determinado contexto.

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa integra o Projeto Temático FAPESP, processo 2009/06502-2.

Tratada do ponto de vista histórico, a problematização da presente pesquisa centra-se na caracterização da hospitalidade ofertada ao forasteiro durante o período 1940 a 1951 na cidade de São Paulo, o que caracteriza a presente pesquisa como descritiva.

A política de hospitalidade destinada ao migrante dota-se de especificidades, em virtude da nacionalidade, situação econômica e profissional, religiosidade, idioma e grau de escolaridade entre outros. Percebem-se modalidades de imigração espontânea e dirigida, subsidiada e por conta própria, bem como fluxos de deslocados e refugiados de guerra. Analisá-la implica em perceber a relação que se estabelece com os nacionais, com grupos de mesma nacionalidade anteriormente instalados e com outras nacionalidades.

Como se define a política de hospitalidade na década de 1940? Pode-se falar de uma política de hospitalidade dado que se estabelecem regras e condição de admissão daquele que ingressa proveniente de outro país? Caracterizar o fluxo e identificar as modalidades de acolhimento inicial destinadas aos estrangeiros durante os anos 1947 a 1951, constitui o centro da análise do presente artigo.

## **O estrangeiro ideal**

A questão da hospitalidade acompanha o homem nos seus deslocamentos. As transferências de população não constituem eventos isolados e influenciam tanto a sociedade de origem quanto a de acolhimento, colocando em circulação saberes e culturas. Independente de sua natureza, tanto o movimento migratório quanto o turismo, influenciam as práticas de hospitalidade da sociedade receptora, promovendo mudanças sucessivas nas formas de acolher o estranho. Aos poucos o acolhimento passou a ser remunerado e as políticas públicas se responsabilizaram pelo acolhimento dos necessitados, estrangeiros etc.

Entendida como um gesto de compensação, a hospitalidade implica na transposição de um espaço e em estabelecer um ritual de acolhimento. Ao admitir aquele que chega (o forasteiro) ao interior, estabelece-se uma desigualdade de lugar e de estatuto: um é o “dono do lugar” (autóctone) enquanto o que é recebido encontra-se ali temporariamente. Salienta-se que

esse espaço “atravessado” não se reduz ao plano geográfico (urbano e doméstico), e contempla, no plano psíquico, o território do outro (GRASSI, 2011; VERNANT, 2008).

Dada a perda do aspecto incondicional<sup>2</sup> da hospitalidade, instauram-se condições e limites para o ingresso de estrangeiros no país. Paralelamente a esse processo, criam-se centros de acolhimento sociais e alojamentos compatíveis ao estatuto e poder econômico do forasteiro, transferindo ao Estado e à iniciativa privada tal responsabilidade.

Especialmente nos anos 1940 institui-se uma política imigratória de influência eugênica que associa o forasteiro ao refugiado, independentemente da modalidade de ingresso: quer como turista, quer como visitante temporário ou como imigrante.<sup>3</sup> O refugiado era automaticamente um judeu<sup>4</sup> ou semita, ou seja, inassimilável e inadequado para composição da nacionalidade brasileira, fatores que determinavam a restrição de seu ingresso (KOIFMAN 2012).

*A partir de 1937, qualquer pessoa que um oficial consular ou diplomata julgasse ter um “nome judeu” era também definido como judeu, independentemente de sua verdadeira origem religiosa ou étnica. Mesmo alguns que se haviam convertido ao catolicismo, possuindo certidões de batismo do Vaticano e o apoio do corpo diplomático da Santa Sé, erma considerados judeus (LESSER 1995, p. 30).*

À permanência da restrição de ingressos (lei de cotas) acrescenta-se a centralização de todos os assuntos sobre os estrangeiros no Brasil no Ministério da Justiça, tais como concessão de visto de entrada e de saída, permanência definitiva e naturalização. Dadas as dificuldades de ingresso no país, uma das estratégias consistia em solicitar visto como turista. Todavia, uma vez no país, essa modalidade de visto logo colocava o seu portador em dificuldades: o da expulsão e o da ilegalidade. Além das dificuldades inerentes ao processo de instalação e adaptação à sociedade de acolhimento (SAYAD, 1998), tais como a restrição de

---

<sup>2</sup> A hospitalidade incondicional é tratada no plano filosófico por Derrida (2001; 2003) ao passo que Grassi (2011) aborda o universo mítico, especialmente o grego, a partir da obra de Homero (Odisseia), enquanto Gotman (1997) realiza um retrospecto e atualiza sua abordagem no mundo contemporâneo, salientando, especialmente, aspectos religiosos, morais e sociais.

<sup>3</sup> Decreto Lei n. 3.175 promulgado a 07/04/1941. Antecede-lhe a Constituição de 1934, que limitava a entrada dos imigrantes e transferia à União a competência de legislar sobre os assuntos da imigração, e a Legislação de 1937 que além de manter as restrições (lei de cotas), impõem peso maior às etnias menos numerosas, reforçando a preferência pelos imigrantes de origem europeia, especialmente os portugueses.

<sup>4</sup> De acordo com Lesser (1995) uma circular secreta determinou a proibição de vistos para o estrangeiro semita em junho de 1937.

comunicação no idioma natal, burocracia, fatores culturais e religiosos, o reinício de vida no Brasil requeria a emissão de documentos, o que não seria possível, nesse caso.

Para o Ministério da Justiça, no contexto da Segunda Guerra Mundial, turista e refugiado não se diferenciavam, eram inadequados ao país e o procedimento era comum: negava-lhes o ingresso, tal como já se verificava ao longo da década de 1930: “os problemas já começavam na entrada do país e no pedido de visto (CARNEIRO, 1996, p. 19)”.

*Muitos daqueles que conseguiam desembarcar na condição de turistas, ficavam sob o suspense de terem curta estadia no Brasil. Caso o visto não fosse renovado, poderiam ser expulsos do território nacional, tática supervisionada pela Polícia Política (CARNEIRO 1996, p. 90).*

O governo Vargas “regulamentou a situação de todos os judeus refugiados com vistos de turistas vencidos, tornando-os permanentes, com algumas exceções (CARNEIRO 1996, p. 90)” outros foram reclassificados como residentes em 1938. No ano seguinte, por meio do Decreto n. 1.532/1939, determinou que todos os que ingressassem e permanecessem com documentação irregular fossem “multados, deportados ou prestassem serviços agrícolas” (apud CARNEIRO 1996, p. 90).

O desenvolvimento da industrialização e o incremento da urbanização demandavam como estrangeiro ideal o portador de experiência no trabalho industrial, habituado à tecnologia e detentor de capital. Esse discurso influenciou o acordo firmado entre o Brasil e a *Intergovernmental Committee on Refugees (IGCR)*<sup>5</sup>, para ingresso de imigrantes de diferentes nacionalidades<sup>6</sup>, presentes na Alemanha e na Áustria no final da guerra, que ali se localizavam em virtude de sua saída forçada de seus países e pelo trabalho forçado nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, os “deslocados de guerra” (*displaced persons*).

*“Os refugiados são migrantes internacionais forçados a abandonar seus lares em decorrência de cenários marcados pela violência, transpondo fronteiras com o propósito essencial de resguardar suas vidas. Os motivos que os levam a fugir de seus países abarcam conflitos intra ou interestatais, provocados por questões*

---

<sup>5</sup> Magalinski (1980) aponta a atuação humanitária das Nações Unidas para alimentar, agasalhar, proporcionar assistência médico hospitalar e encaminhar os deslocados de guerra a um novo país, em seu estudo sobre a Cooperativa Agrícola de Itaberaí, em Goiás, composta por deslocados de guerra de nacionalidade polonesa. A IRO, a Cruz Vermelha e a Caritas Internacional também são evidenciadas pelo apoio no repatriamento ou imigração dos DPs para um novo país.

<sup>6</sup> Os “deslocados de guerra” totalizavam 638.759 pessoas, distribuídos nas zonas americana (328.180), francesa (32.434) e britânica (176.049). Desse total, 30% eram poloneses, 20% israelitas, 17% baltas e os restantes ucranianos, russos, iugoslavos e apátridas (BASTOS; SALLES, 2012).

*étnicas, religiosas, culturais, políticas e econômicas, assim como regimes repressivos e outras situações de instabilidade política, violência e violações de direitos humanos.”( MOREIRA, 2012, p. 1)*

Anteriormente a esse acordo, o Brasil recebera entre 1933 e 1942 cerca de 25 mil judeus, o que provoca o questionamento acerca da coerência da política imigrantista e o ingresso de imigrantes durante o período 1947-1951.

### As fontes

As fontes documentais aqui analisadas encontram-se sistematizadas em um banco de dados<sup>7</sup>, que reúne informações relativas aos imigrantes que ingressaram no Brasil em virtude dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais como, por exemplo, o *International Refugees Organization (IRO)*, o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias (CIME) e o *Japan Immigration and Colonization (JAMIC)*. Documentos custodiados pela Hospedaria do Imigrante, cujos dados foram tratados no Projeto Temático FAPESP “Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo”.

O banco de dados compreende as seguintes séries documentais: Pedidos de mão-de-obra qualificada (PMOQ); Avisos de chegada de imigrantes; Ficha de registros de refugiados e deslocados de guerra; Fichas de registros de imigrantes; *Curricula Vitae* de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil; Fichas de colocação em empresas; Documentos pessoais. Documentos cujos dados foram sistematizados em 45 campos, distribuídos em três tabelas: principal, acompanhante e profissão.<sup>8</sup> Para o presente artigo foram trabalhados os seguintes campos: nacionalidade, naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência,

---

<sup>7</sup> Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto “Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós Segunda Guerra Mundial 1947-80”, o banco de dados que reúne os documentos analisados no presente artigo, foi construído a partir da documentação<sup>7</sup> então custodiada pelo Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP).

<sup>8</sup> Os dados dos imigrantes foram sistematizados em três tabelas, organizadas a partir do imigrante principal. A primeira tabela sistematiza os dados do imigrante principal, a segunda tabela reúne dados dos acompanhantes, a terceira tabela concentra a experiência profissional do imigrante principal: dados sobre a formação escolar e empresas onde trabalhou, tanto no exterior quanto no Brasil.

destino, posição familiar, profissão, empresa (contratadora), residência, data da chegada e observação.

Do ponto de vista cronológico, este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, quando as entradas são majoritariamente de refugiados de guerra que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha e na Áustria e que constituem um grupo formado por imigrantes provenientes do Leste europeu. Entram basicamente pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não-europeus, no caso, a *International Refugees Organization (IRO)*<sup>9</sup> e *Hebrew International Assistance (HIAS)*.

A partir de 1952, após a extinção da IRO e criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970. Nesse período, modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses etc.), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo (SAKURAI; SALLES; PAIVA, 2008).

*A adoção de política relativa aos refugiados combina, portanto, elementos de política externa com política interna. Também pressupõe uma política de regulação imigratória a partir de regras sobre a admissão desses estrangeiros no país, além de uma política referente a esses imigrantes, que trata das condições de vida a eles propiciadas após o ingresso no território nacional (HAMMAR, 2005; MEYERS, 2000 apud MOREIRA, 2012, p. 1-2).*

## Os deslocados de guerra em São Paulo

O banco de dados reúne 18.369 registros de ingressos relativos ao período 1947 a 1951, sendo os poloneses (26%) o maior grupo entre 74 nacionalidades. Ressalta-se que 19% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade, o que resulta, provavelmente, de erro da digitação, omissão do documento ou ainda trata-se de imigrantes indocumentados,

---

<sup>9</sup> Criada em 1947, a OIR iniciou suas atividades no ano seguinte, para resolver os “problemas residuais dos refugiados gerados pela Segunda Guerra Mundial”, especialmente os de origem europeia (MOREIRA, 2012, p. 53).

que preferiam que sua origem fosse ignorada<sup>10</sup>. Os apátridas totalizam 11% dos ingressos e constituem o terceiro maior grupo, seguidos pelos ucranianos, com 9%. Com 6% destacam-se os de nacionalidade húngara, iugoslava e russa; com 3% os de nacionalidade letã, italiana e lituana; com 2% temos os de nacionalidade checoslovena e romena; enquanto com 1% os de nacionalidade alemã, holandesa, estoniana e armênia. Com menos de 1% os de nacionalidade búlgara, austríaca, grega, portuguesa, espanhola, japonesa, brasileira, croata, colombiana, albanesa, turca, belga, chinesa, estadunidense, finlandesa, georgiana, libanesa, sueca e suíça.

No banco de dados constam 4.765 poloneses entrados no período, sendo que para 17 pessoas o ano de ingresso é anterior ao ano de 1947, o que pode indicar que se trata de uma solicitação de colocação profissional, ou seja, não se enquadram necessariamente na condição de deslocados de guerra.

Magalinski (1980) aponta a estratégia da nacionalidade<sup>11</sup> com o objetivo de obter os recursos necessários para sair Europa em busca de novas oportunidades de vida:

*[...] quem se identificou no Brasil como tchecoslovaco, polonês, rumeno, por exemplo, no após a guerra, podia ser tanto originário destes países como alemão. Alguns eram alemães propriamente ditos, outros eram filhos de alemães nascidos em países vizinhos. Mas para emigrar valeram-se de documentação destes países e não de documentos alemães. Também dentre os que se diziam poloneses podia haver um ou outro vindo da União Soviética, além daqueles que abertamente se declararam ucranianos e russos (MAGALINSKI, 1980, p. 29).*

A escolha do Brasil, em muitos casos, decorreu “não por um critério de preferência e sim de exclusão (MAGALINSKI, 1980)”, visto que não era exigido um contrato prévio de dois anos, como o requerido pelo Canadá, o que significava a permanência da família na Europa até a finalização desse contrato de experiência, ou seja, só então era permitida a emigração da família, ou seja, sua reunião nesse país. Restritivas eram as demandas da França e da Bélgica, requeriam homens solteiros para o trabalho nas minas de carvão. A Austrália, por sua vez, também exigia um contrato prévio de dois anos, mas nesse caso a família

---

<sup>10</sup> Em virtude do contexto em que se inscreve, postula-se a preservação de segurança individual. Durante o período 1931 a 1934 a Itália apresentou-se como um refúgio aos judeus, auxiliando-os para que se encaminhassem a uma nova pátria, quer na América ou na Palestina. Apesar dos sinais, apenas em 1938 aprovam medidas de caráter antissemítico, suprimem os direitos dos judeus italianos e tem início a perseguição aos judeus italianos ou judeus estrangeiros. Quadro que se agrava nos anos 1943 a 1945, com a política de extermínio desses judeus na Itália (CAMPAGNANO, 2011).

<sup>11</sup> Segundo Magalinski (1980) muitos alemães que emigraram como deslocados de guerra eram *volksdeutsch*, alemães que vivam fora da Alemanha e que por ocasião da Segunda Guerra, foram convocados de volta à Alemanha e não tinham interesse em retornar ao país de onde haviam saído.

também emigrava. Tratava-se, portanto, de uma imigração de caráter individual, até a possibilidade de reunião do grupo num dos países escolhidos.

A interação que o imigrante estabelece com a sociedade de acolhimento, a manutenção de seu repertório cultural, laços culturais e identitários, bem como sua participação nessa sociedade constituem importantes fatores para a compreensão dessa imigração na cidade.

Diferentemente dos imigrantes de períodos anteriores, os refugiados ingressaram pelo porto do Rio de Janeiro, e foram acolhidos na Hospedaria da Ilha das Flores. Uma vez identificado São Paulo como destino inicial, abrigaram-se provisoriamente na Hospedaria do Campo Limpo, localizada no Município de Campo Limpo, visto que a Hospedaria de Imigrantes encontrava-se ocupada pela Escola de Aeronáutica (PAIVA, 2000). As empresas contratadoras, concentraram-se principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, com destaque para a Capital paulista.

Fundamentado no discurso da carência de mão obra especializada e de braços para a agricultura, os representantes do Estado brasileiro na Europa demandaram trabalhadores para a lavoura e para o parque industrial que se modernizava, estimularam o ingresso de famílias, para o que contavam com o apoio da IRO. Infelizmente muitos campos contemplados na documentação produzida não foram detalhados, não sendo possível qualificar com precisão as trajetórias dos deslocados de guerra em São Paulo.

## Referências

BASTOS, Sênia Regina; Maria do Rosario Rolfsen SALLES. “Imigração polonesa em São Paulo: os deslocados de guerra (1947 a 1951).” In: MATOS, Maria Izilda dos Santos; MENEZES, Lená Medeiros de. *Deslocamentos e cidades*. Experiências, movimentos e migrações. Rio de Janeiro: LABIMI/UERJ, 2012.

CAMPAGNANO, Anna Rosa. **In difesa della Razza**. Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antisemitismo do Governo Vargas, 1938-1945. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

CARNEIRO, Maaria Luiza Tucci. *Brasil: um refúgio nos trópicos*. A trajetória dos refugiados do nazi-facismo. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolitas do mundo: uni-vos mais uma vez*. Coimbra: Minerva, 2001.

GRASSI, Marie-Claire. Hospedaria. Do albergue ao hotel. In: MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade*. São Paulo: Senac, 2011, p. 533-539.

GOTMAN, Anne. La question de l'hospitalité aujourd'hui. *Communications* 65. Paris, Seuil, 1997.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal*. O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica*. Imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

MAGALINSKI, J. *Deslocados de guerra em Goiás*. Imigrantes poloneses em Itaberaí. Goiania: UFG, 1980.

MOREIRA, Julia Bertino. *Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PAIVA, Odair. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos. *Revista Travessia*. Ano XIII, no. 37, maio-agosto, 2000.

SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

VERNANT, Jean-Pierre. Héstia-Hermes: sobre a expressão religiosa do espaço e do movimento entre os gregos. In:\_\_\_\_\_. *Mito e pensamento entre os gregos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.